

A Santa Casa do Pilar Forte tem poucos leitos para atender a cidade toda e é dirigida com mão de ferro pelo Dr. Milton. Alto, magro, cabelos totalmente brancos, não tem receios, nem se importuna com possíveis descontentamentos dos subordinados. Se um enfermeiro, um funcionário administrativo ou até mesmo um médico não cumpre com os afazeres de rotina, o faltoso é chamado ao consultório do provedor Milton. Com voz mansa e fala pausada, põe no devido lugar aquele que saiu da linha normal de conduta. Quando precisa descer a Rua Monteiro de Barros, para ir à prefeitura mendigar junto ao prefeito o pagamento das mensalidades, fica ainda mais taciturno e ranzinza.

Um convênio, assinado há anos, determina que o Município repasse à Santa Casa a verba gasta com medicamentos de emergência. Também por força do convênio, do total de 48 funcionários, 19 são pagos pela prefeitura.

Todos os meses são feitos relatórios do material usado que, quase sempre, são postos sob suspeita. Isso irrita o provedor.

Estava ele repassando as páginas do último documento que levaria ao prefeito, quando a secretária o chamou pelo fone interno.

- Dr. Milton, está aqui o Dr. Prates que deseja falar com o senhor.

- De onde é este médico? - perguntou mecanicamente, com o pensamento voltado para o relatório.

- É o delegado Prates, Dr. Milton, não é um médico.

- Ah, sim! Manda entrar, mas antes avisa que eu tenho pressa e vou sair daqui a pouco. E outra coisa, delegado não é doutor, é delegado!

- Sim, senhor - gaguejou a secretária que desligou o interfone e se dirigiu ao visitante.

- O Dr. Milton tem um pouco de pressa, vai à prefeitura e pede ao senhor que seja rápido porque ele tem hora marcada com o prefeito.

- Está bem. Não vou demorar mais de dois minutos - falou Prates, como se fosse verdadeira sua afirmação. Certamente, o que tem para esclarecer com o médico, provedor do único hospital da cidade, vai levar bem mais do que dois minutos.

A relação entre o provedor da Santa Casa e o prefeito não é amistosa. No início do mandato houve algumas discussões acaloradas sobre o que pagar e o que não pagar. Quem banca determinada despesa e quem custeia certo serviço em benefício da população.

Enquanto o delegado não entra, o provedor relembra o diálogo do dia anterior que, sem sucesso, manteve com o chefe do executivo municipal.

- Prefeito, a saúde do povo é responsabilidade do seu governo. Meu hospital é uma instituição particular que não pode sobreviver sem recurso financeiro. Se a população não tem dinheiro para pagar os serviços hospitalares que usa, cabe ao governo remunerar o que for feito - argumentou ele.

- O senhor tem razão. Acontece que sem dinheiro o governo municipal também não pode fazer nada. Não sou milagreiro. O tempo do Pe. Donizete, já passou.

O prefeito se referia ao padre mineiro que viveu algumas décadas em Tambaú, cidade vizinha, e morreu com a fama de fazer milagres em vida e depois dela.

Consta, até hoje, que o Pe. Donizete fez diversas curas. Sempre em benefício dos que lhe procuravam. Quem visita o santuário do Pe. Donizete, ouve histórias fantásticas, como a da milionária que, saindo de São Paulo amparada por parentes em busca de cura para doença grave, ofereceu ao padre um colar de altíssimo valor. Ele não aceitou a oferta e devolveu a peça de ouro, ordenando-lhe que a doasse à primeira pedinte que encontrar. Ela concordou e o padre lhe disse que, se tivesse fé e cumprisse com a promessa feita, a cura seria concedida. Ela saiu da igreja, entrou no carro - um lindo e vistoso carro do ano - e voltou para São Paulo. Em determinado momento da viagem de regresso, foi abordada por uma senhora idosa, preta e maltrapilha, que lhe pedia uma ajuda qualquer. A mulher lembrou-se das determinações do padre. Pensou que seria um desperdício colocar naquelas mãos um colar de ouro tão valioso. Deu uns trocados e foi embora. Na semana seguinte, sem perceber qualquer melhora na doença, voltou a Tambaú. O Pe. Donizete a recebeu.

- Eu esperava pela senhora porque sei que continua doente - falou ele, tomando a iniciativa antes mesmo que a mulher lhe cumprimentasse.

- Como o senhor sabe? Quem lhe disse que não estou curada?

- Aquela mendiga, a quem a senhora negou o colar de ouro, era Nossa Senhora. Ela, de alguma forma, me disse que se as promessas não forem cumpridas, não há por que atender um pedido.

O padre voltou-se para o altar, virando as costas à mulher doente e seguiu suas orações. A milionária retornou ao leito de sofrimentos sem receber a cura desejada.

Sem levar em conta os comentários religiosos do prefeito, o doutor Milton respondeu com ironia.

- As pessoas competentes, num determinado posto de comando, buscam soluções para os problemas de seus comandados. De nada adiantam reclamações e queixas ou súplicas por milagres. Assim como não resolve fazer críticas ao governo federal ou ao governo estadual por não mandarem dinheiro para os municípios. Você, prefeito, precisa buscar alternativas.

- E o senhor quer que eu busque dinheiro aonde? - O prefeito está com o rosto avermelhado, passa a mão nos cabelos, indo de um lado a outro do gabinete. Sua irritação é visível. - O senhor acha que dirigir uma cidade é como dirigir um hospitalzinho que, apesar de ser um negócio como qualquer outro, depende do dinheiro e da caridade do poder público? Ora, Dr. Milton, o senhor tem coragem de me pregar lição de moral? Ou quer me dar aulas de boa administração? Onde está sua competência? Mostre que é bom administrador sem pedir esmolas ao poder público!

O provedor, acostumado aos rompantes do prefeitinho, isso mesmo, não passa de um prefeitinho segundo sua visão, nada mais falou. Julgou desnecessário responder aos impropérios que acabava de ouvir.

O tesoureiro do Município entrou no gabinete com os cheques e as faturas a serem pagas naquele dia. Agora, dirigindo-se a ele, o prefeito prosseguiu.

- Vê se eu posso agüentar isto aqui - bradou, pegando a papelada das mãos do tesoureiro. - Todo mundo quer ajuda, obras, asfalto, iluminação pública, escolas, saúde, tudo, tudo. E como vou fazer, se não tenho dinheiro? Está aí o Dr. Milton, quase brigando comigo porque quer receber a parcela do convênio.

Parou num canto do gabinete, colocou as duas mãos sobre a cabeça, sacudiu-a de um lado a outro e com voz lamuriosa, quase chorando, prosseguiu.

- Ah, meu Deus do céu, eu não agüento mais. Isto aqui não é para mim!

Nessas ocasiões, raramente se percebe se o prefeito está teatralizando ou realmente está em desespero. Em certos momentos, seus olhos se umedecem e ele parece estar de fato chorando. Seu despreparo emocional para o cargo fica inteiramente à mostra.

É uma cena que se aproxima do cômico. O Dr. Milton, agora um mero espectador, acostumado com estas situações e sabendo que seria inútil prosseguir como personagem daquele teatro, levanta-se.

- Prefeito, amanhã eu volto. Vejo que hoje o senhor está muito ocupado e não é o momento para conversarmos.

- Isso mesmo doutor, volte amanhã. Eu vou ver se consigo uma verba que está para chegar de Brasília e daí eu acerto as contas da Santa Casa.

Enquanto pensava em tudo isso, o provedor fez também alguns ajustes no relatório a ser apresentado ao prefeito. Ante o comportamento temperamental do chefe do executivo no dia anterior, ele não fez a entrega do relatório. Aproveita agora para “reajustar” o número de atendimentos e, conseqüentemente, aumentar o total faturado. Está roubando, sim, mas é para o bem da Santa Casa... O prefeito e sua equipe, incompetentes na fiscalização, tudo que costumam fazer é levantar suspeitas. Comprovar, exigir correção nos dados e fiscalizar os serviços executados são atribuições impraticáveis. Falta competência e, mais que isso, disposição. O provedor, com anos de experiência na administração hospitalar, sabe disso.

O delegado entrou. Cumprimentaram-se formalmente e o provedor pediu que ele aguardasse uns minutos. Chamou a secretária.

- Refaça este relatório rapidamente – ordenou.

- Onde eu errei, doutor? - perguntou ela com preocupação.

- Você não errou. Fui eu que errei. Faça as alterações imediatamente. Assim que eu conversar cinco minutos com o delegado, vou à prefeitura.

Prates entendeu o recado. Tinha apenas cinco minutos para conversar com o médico que assinou o atestado de óbito de Alceu Torquato.

- Ah! Doutor, ia esquecendo, chegou esta carta para o senhor. Acho que é particular – disse a secretária entregando-lhe um envelope branco, selado.

O médico olhou a correspondência sem remetente ou timbre de empresa alguma. Abriu e começou a ler, levantando-se sem tirar os olhos da página datilografada e se manteve calado com a fisionomia carregada. Era uma carta anônima.

O texto trazia erros propositadamente plantados para confundir tentativas de identificação. Mesmo assim, percebe-se que o autor é pessoa esclarecida, pois a ortografia mostra um missivista que está longe de ser um escritor, mas está também muito distante de um semi-analfabeto, como pretende parecer.

O texto vai direto ao assunto, sem data e sem preâmbulos, com objetivos claros e definidos, a denúncia.

*“Nós do GRUMAP, Grupo de Moradores Apoiadores de Pilares, viemos a público para denunciar a corrupção e a roubalheira que assola nossa cidade.*

*Você sabia que o Sr. Prefeito, que veio do nada, já conseguiu em apenas dois anos e meio de mandato compra 3 carros novos, 1 sobrado de fino acabamento, 1 salão perto da Escola, 1 papelaria muito bem equipada e está comprando (se já não compro) um sítio?*

*Você sabia que as fontes de renda do senhor Prefeito são a Ductan, a firma de Dedetização, a empresa de jardinagem de Leme, Supermercado Justino e Fernando Párcolo, tudo na base do super faturamento?*

...

*O assassinato do Dr. Alceu, nosso grande ex-prefeito, sim foi um assassinato e só o delegado não enxerga pela sua incompetência, será esclarecido um dia. Se o delegado não fás, nos vamos fazer e já temos pista do assassino.”*

Depois de ler a carta, o médico passou o papel ao delegado sem fazer comentários.

- Leia isto - foi tudo o que disse.

Prates terminou a leitura rapidamente e comentou.

- Cartas anônimas não têm valor algum, mas atingem a honra das pessoas. O senhor pode deixar comigo?

- Sim, o que vou fazer com isso? Pode levar e descubra quem é o desocupado que tem tempo para estas tolices.

Prates ruminava raivosamente o rótulo de incompetente que o documento lhe atribuiu, quando o velho médico o interrompeu.

- Muito bem delegado Prates - ele não o chamou “Dr. Prates” - a que veio o senhor?

- Eu vim para falar do atestado de óbito do Alceu Torquato.

- Pois diga, o que tem o atestado? Eu esqueci de assinar ou o senhor não está de acordo com ele?

- O senhor viu a carta que recebeu - assentiu o delegado que se acha no direito de mostrar com quem está a autoridade.

O provedor apanhou os papéis que precisa levar à Prefeitura e quis encerrar a conversa.

- Delegado, não admito que o senhor ponha em dúvida a minha honorabilidade profissional. O atestado está correto. O Alceu teve morte por

mal súbito e isso é tudo.

- Eu apenas achei que o senhor poderia ajudar a descobrir as causas do mal súbito. Não tenho dúvidas de que atestou o que de fato aconteceu. Eu quero saber é por que ele teve um mal súbito, se uma ação externa pode provocar a parada de um coração. Um susto, um grito, um remédio...

- Um veneno! - interrompeu o médico bruscamente.

- E por que não? Uma droga qualquer pode provocar esse efeito, pode parar o coração humano sem deixar vestígios de..., bem ...

- De assassinato? - interrompeu outra vez o médico que percebeu onde queria chegar o delegado. - Pois saiba, aqui em Pílares, isso jamais ocorreria. Somente nos países muito adiantados, especialmente naqueles onde existe a pena de morte.

O delegado abriu mais os olhos e os ouvidos. Estava começando a chegar onde queria. Se forçar um pouco, o velho médico lhe conta tudo o que precisa saber. Fez-se de muito desentendido.

- Dr. Milton, andei lendo alguma coisa sobre uma droga que paralisa as pessoas - comentou o delegado Prates.

- É o curare - respondeu o médico. - Você já ouviu falar dele?

- Sim, muito vagamente - concordou o delegado.

- O curare é um veneno muito violento, de ação paralisante, vermelho-escuro, de aspecto resinoso, solúvel na água, extraído da casca de certos cipós com o qual algumas tribos indígenas contaminam suas flechas. A pessoa curarizada, isto é, submetida aos efeitos do curare, é acometida de forte relaxamento muscular a ponto de não se mover, embora esteja lúcida e a tudo possa ver e perceber. Claro, se for administrada apenas uma pequena dose, medicinalmente. Do contrário, é violentamente letal - explicou o médico.

- Então o Alceu Torquato pode ter sido envenenado - comentou o delegado. - Minhas suspeitas têm fundamento. Só não entendo o que levou o senhor a omitir estes fatos do meu conhecimento - O delegado fala baixo, quase balbuciando, como quem acusa com insegurança.

Elevando a voz ao tom normal, pergunta.

- O que tem a ver a pena de morte com isso?

- Delegado, Pílares é uma cidade de atraso tão grande que determinadas drogas medicinais estão há anos luz daqui. O curare é de uso controlado em todo o mundo. Por ser muito perigoso é usado eventualmente nos países adiantados, como nos Estados Unidos, onde existe a pena de morte. Apenas isto. Não há relação qualquer entre a morte do Alceu e o curare ou outra droga qualquer. Não entendo de onde o senhor tem tirado

estas idéias. Só mesmo de uma cabeça imaginativa como a de um policial. Ora, delegado, tenha paciência!

Prates aceitou com calma a ira do médico. Avaliou que não era ainda o momento para usar sua autoridade e arrancar tudo o que precisa. Passou por tolo, convenientemente. Mas que a história de pena de morte é muito estranha. Ah, isso é! Quando o Dr. Milton tentou pela segunda vez encerrar a conversa, ele aceitou e tomou a iniciativa.

- Muito obrigado doutor, estou indo. Até logo.

Até logo Dr. Prates.

O provedor o chama timidamente de doutor pela primeira vez. É sinal de arrefecimento na sua arrogância, característica de quem não está preparado para mentir.

Prates sai pensativo.